

EDUCAÇÃO ESPECIAL INCLUSIVA: DAS POLÍTICAS PÚBLICAS ÀS PRÁTICAS DO COTIDIANO ESCOLAR NO MUNICÍPIO DE PELOTAS-RS

JÚLIA VICTORIA CASALINHO¹; SANDRO DE CASTRO PITANO²

¹Universidade Federal de Pelotas – jucasalinho@hotmail.com

²Universidade Federal de Pelotas – scpitano@gmail.com

1. INTRODUÇÃO

Nós, seres humanos, somos diferentes em gostos, costumes, etnias, culturas, situações sociais, individuais, entre outras. Como aborda Feltrim (2004, p. 15), “Nada mais verdadeiro do que afirmar que todos somos diferentes. Na natureza convive-se com a diferença. Em sociedade também”. Mas mesmo sendo conhecedoras dessas diferenças, as pessoas continuam a criar padrões de comportamento a serem seguidos e aqueles que neste padrão não se inserem, acabam sendo excluídos e/ou discriminados, e a escola é um dos ambientes que convive com essa realidade. Responsável hoje por garantir a educação a todos os sujeitos, a escola carrega traços de uma história marcada pelas diferenças, onde a educação formal era direito apenas de poucos privilegiados. Como relata Beyer (2005, p. 27) “A escola, como instituição de educação formal, pautou-se sempre pelo estabelecimento (ou, no mínimo, pela busca) de uniformidades”.

Mas hoje a realidade requer outra posição da sociedade, diferente daquela em que os alunos deficientes, por exemplo, deveriam estudar apenas em escolas especiais por não possuírem capacidade de acompanhar o aprendizado dos alunos considerados “normais”. O cenário que vivenciamos, portanto, é de uma aceleração para a inclusão de alunos especiais nas escolas regulares, e com base nisso, o governo brasileiro passou a criar e reformular as políticas públicas para atender a demanda dos alunos com as mais variadas características, como os deficientes mentais, visuais, auditivos, autistas, com dificuldade de aprendizado, transtornos globais, déficit de atenção, entre outros. Como afirmam Lopes e Fabris (2013, p. 78), “[...] Hoje não há quem em lúcida consciência possa se colocar contra a inclusão”. É por isso que as políticas públicas educacionais estão sendo aperfeiçoadas para que tenham uma perspectiva inclusiva.

2. METODOLOGIA

Com isso, a presente pesquisa, resultado de uma dissertação de mestrado em desenvolvimento, busca analisar as características de algumas das principais políticas públicas brasileiras de educação especial e inclusiva, investigando como as escolas enfrentam a concretude da presença dos alunos especiais diante do que estipulam essas políticas públicas. Para isso, optou-se por realizar um estudo de caso na escola A¹, uma escola pública municipal de ensino fundamental localizada no município de Pelotas, Estado do Rio Grande do Sul. Para a concretização da pesquisa foi feita uma análise documental na Lei de Diretrizes e Bases da Educação

¹ Até o presente momento a direção da escola não teve acesso ao texto da pesquisa, portanto, por motivos éticos, os pesquisadores optaram por não divulgar o nome da escola.

Nacional (LDB/96), no projeto de lei do Plano Nacional de Educação (PNE/2010), e na Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2007), considerando como fonte principal o site do Ministério da Educação (MEC) e a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (SECADI). O projeto de lei do PNE/2010 foi selecionado por constar como referência no site do MEC. Foram realizadas também duas entrevistas semiestruturadas com a coordenadora pedagógica da escola A, com o intuito de compreender de que maneira os professores e gestores da escola investigada estão desenvolvendo as atividades com os alunos especiais.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Ao buscar compreender o conceito de políticas públicas, percebe-se que não há uma definição única e mais correta para tal. Souza (2006, p. 13) busca defini-las como “[...] O campo do conhecimento que busca, ao mesmo tempo, colocar o governo em ação e/ou analisar essa ação e, quando necessário, propor mudanças no rumo ou curso dessas ações”. Além de caracterizarem-se pelas inter-relações com o Estado e a sociedade, as políticas públicas possuem o intuito de assegurar o direito de cidadania, na maioria das vezes, para um determinado grupo social, cultural e étnico. Elas podem ser caracterizadas também como a totalidade das ações e metas que os governos traçam para alcançar o bem-estar da sociedade e o interesse público, que na maioria das vezes resultam em documentos governamentais e nas legislações do país.

Baseado na importância que as ações orientadas pelas políticas públicas possuem para a sociedade, e buscando problematizar a discussão sobre as políticas públicas de educação especial e inclusiva e seus impactos na escola A, é possível destacar através da análise da LDB 9.394/96, do projeto de lei do PNE/2010 e da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2007) que de maneira geral, elas orientam os sistemas de ensino para que eles sejam promotores de uma educação de qualidade para todos os alunos, incluindo aqueles que possuem deficiências, transtornos globais de desenvolvimento e altas habilidades/superdotação. Conforme as políticas analisadas, os alunos especiais devem estar na sala de aula regular e receber atendimento especializado complementar quando necessário. A escola deve contar com infraestrutura que facilite a mobilidade dos alunos cegos, cadeirantes e com outras necessidades especiais, além de sala de recursos multifuncionais com materiais didáticos para que eles desenvolvam suas atividades.

As políticas públicas investigadas também relatam que o acesso à educação tem início na educação infantil, com crianças de zero a três anos de idade, e esse ensino é feito com base na estimulação precoce. Já a educação especial para jovens e adultos deve ser realizada com o intuito de aumentar a possibilidade de escolarização, assim como para preparar o sujeito para o mercado de trabalho e para a inserção na sociedade. Conforme as políticas, as escolas regulares devem disponibilizar de profissionais com as funções de instrutor, tradutor/intérprete de Libras e guia-intérprete, bem como de monitor dos alunos que necessitam de apoio nas atividades de higiene, alimentação e locomoção. Quanto à formação dos professores, as políticas públicas orientam que estes profissionais devem participar de cursos de formação e aperfeiçoamento para que saibam trabalhar com os alunos especiais na sala de aula.

Apesar da emergência pela inclusão, muitas escolas brasileiras ainda encontram-se em um processo lento de adaptação, como é o caso da escola municipal pesquisada. Localizada no bairro Três Vendas, no município de Pelotas, a escola A possui um total de 637 alunos matriculados e é responsável pelo ensino de crianças e jovens com as mais variadas características, dentre eles alunos cegos, com baixa visão, autistas, alunos com síndrome de down, síndrome de williams, síndrome de marfan, alunos com dislexia e alguns cadeirantes. As entrevistas foram realizadas com a coordenadora pedagógica da escola, que possui graduação em Pedagogia e especialização em Educação Especial. Segundo ela, a escola A é considerada referência em educação especial no município por ser uma instituição de ensino regular pública que matricula e desenvolve as atividades de ensino com os alunos especiais, embasando-se nas legislações vigentes.

Durante a entrevista, a coordenadora relatou algumas peculiaridades que tornam a escola A referência no município, como por exemplo, uma média de quinze a vinte alunos nas turmas que possuem também alunos especiais; a existência de uma sala de recursos multifuncionais com materiais didáticos apropriados para os alunos especiais; o transporte escolar adaptado para cadeirantes, oferecido pela prefeitura; e a presença de um monitor (que atende a todas as turmas) para auxiliar o professor nas atividades da sala de aula e de higiene pessoal. Quanto à formação de professores, a entrevistada relatou que a prefeitura oferece cursos de formação continuada, porém, na maioria das vezes eles são impossibilitados de participar por não existirem outros educadores que os substituam na sala de aula.

De acordo com relatos da coordenadora, são muitas as fragilidades existentes na escola A a serem melhoradas, como por exemplo, a infraestrutura, visto que a escola possui rampas para cadeirantes e classes especiais, mas ainda carece de piso tátil e indicações em Braille, recursos essenciais para a autonomia dos alunos cegos. Quando questionada acerca da maior dificuldade enfrentada pela escola com relação à inclusão de alunos especiais, a entrevistada afirmou ser a falta de profissionais para realizar o acompanhamento complementar destes alunos, como por exemplo, psicólogos, psiquiatras, fonoaudiólogos, oftalmologistas, entre outros, pois há casos em que alunos necessitam de acompanhamento clínico, mas a prefeitura não dispõe destes profissionais para atuar nas escolas. Com isso, a coordenadora afirmou que a verdadeira inclusão ainda não existe na escola A, mas que os professores, funcionários e gestores estão dedicando-se para que ela se efetive, de forma que as atividades de ensino sejam realizadas com qualidade e com todos os alunos, independente de suas diferenças.

4. CONCLUSÕES

Diante da análise das políticas públicas investigadas é possível constatar que elas são parte essencial para orientar as escolas de ensino regular no processo de inclusão dos alunos especiais. Na escola A, por exemplo, os professores e gestores ao segui-las, implementaram parte da infraestrutura e materiais pedagógicos necessários para os alunos com necessidades especiais. Quanto às fragilidades ainda existentes na escola investigada, a coordenadora afirma que diante da responsabilidade que a escola A possui em organizar condições dignas de acesso aos espaços e aos recursos pedagógicos, os esforços são muitos para que uma efetiva inclusão seja concretizada.

Sabendo da importância da inclusão dos alunos especiais nas escolas regulares é válido também ressaltar que as escolas necessitam de subsídios

financeiros e professores capacitados para desenvolver as atividades com todos os alunos, independente de suas diferenças, evitando que as escolas sejam somente meros espaços para receber os alunos especiais. De nada adianta o governo desenvolver o aporte documental e não viabilizar os recursos necessários para atender a demanda dos alunos especiais nas escolas regulares. Enquanto estas questões não forem problematizadas e transformadas, permanecerá o distanciamento entre a teoria das políticas públicas e a prática enfrentada pelas escolas brasileiras.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BEYER, Hugo Otto. **Inclusão e avaliação na escola: de alunos com necessidades especiais**. Porto Alegre: Mediação, 2005.

BRASIL. Ministério da Educação. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. LDB 9.394. Brasília, DF, 1996.

BRASIL, Ministério da Educação. **Política Nacional da Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília, DF, 2008.

BRASIL, Ministério da Educação. **Projeto de Lei que aprova o Plano Nacional de Educação para o decênio 2011/2020**. Brasília, DF, 2011.

FELTRIN, Antonio Efro. **Inclusão social na escola: quando a pedagogia se encontra com a diferença**. São Paulo: Paulinas, 2004.

LOPES, Maura Corcini; FABRIS, Eli Henn. **Inclusão & educação**. Belo Horizonte: Autêntica, 2013.

SOUZA, Celina. **Políticas Públicas: uma revisão de literatura**. Revista Sociologias. Porto Alegre, nº 16, p. 20-45, 2006.